

Articulação em Defesa da Política das Águas

CARTA ABERTA

É preciso que a escolha de Diretores da ANA esteja à altura do Brasil e de sua missão institucional

As indicações feitas em dezembro de 2024 para três vagas na Diretoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), caso aprovadas pelo Senado Federal, confirmarão um processo que se intensifica nos últimos anos: o apequenamento de cargos estratégicos essenciais para a gestão da água e do saneamento no Brasil. A escolha de dirigentes para uma agência reguladora não pode ser tratada como moeda de troca política ou mero arranjo de conveniência sem critérios técnicos, sob pena de comprometer a autonomia da instituição, sua credibilidade e, acima de tudo, a implementação de políticas públicas que tratam da segurança hídrica, da resiliência frente às crises hídricas e do direito humano à água. A ocupação desses cargos deve se basear em conhecimento, experiência e compromisso público, e não em interesses políticos específicos, desalinhados ao bem comum.

A ANA é uma entidade de Estado, que deve atuar além dos ciclos de governo. Como principal instituição técnica na governança das águas, responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e pelo suporte sistemático ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), suas atribuições são cruciais para a gestão estratégica dos recursos hídricos, a garantia da segurança hídrica e a regulação do saneamento básico. Os desafios da escassez e a busca por segurança hídrica têm se agravado substancialmente, como demonstram a intensificação de secas e inundações no contexto das mudanças climáticas, justamente em um momento de crise reconhecida da PNRH e do SINGREH. Paradoxalmente, o atual processo de indicação para a Diretoria da ANA não permite escolhas que atendam as exigências técnicas e estratégicas necessárias para a reformulação das políticas das águas e para o

Articulação em Defesa da Política das Águas

fortalecimento do SINGREH. Diante desse cenário, mais do que nunca, a escolha dos diretores da ANA precisa estar à altura de sua missão institucional e da urgência de uma ANA forte, técnica, visionária e independente.

Manifestamos, portanto, nossa indignação à perpetuação de práticas de indicação para a Diretoria da Agência que se distanciam dos princípios da transparência, do compromisso público e da visão estratégica de Estado. Esse padrão de nomeação fragiliza a governança da ANA, compromete o papel das agências reguladoras como um todo no Brasil e, sobretudo, coloca em risco a própria sociedade brasileira, sua economia e os serviços públicos básicos garantidores da qualidade de vida de seus cidadãos.

A bem do interesse público, impõe-se que o Executivo, ao apresentar indicações para a ANA, e os senhores e senhoras senadores, ao analisá-las, estejam atentos a essa advertência.

Articulação em Defesa da Política das Águas

Coletivo formado por cidadãs e cidadãos de todo o País que se empenharam na aprovação da Lei nº 9433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e que, engajados em diferentes papéis, seguem participando ativamente dos esforços e ações para o êxito de sua implementação. A Articulação foi consolidada no segundo semestre de 2023, quando do envio de uma Carta Aberta ao Presidente Lula, assinada por mais de 700 cidadãs e cidadãos, com posicionamentos sobre questões estratégicas para o resgate da política e da gestão das águas na atual conjuntura do Brasil, reforçando seu caráter democrático, descentralizado e participativo.

Contato: articulacaodefesadasaguas@gmail.com

14 de fevereiro de 2025.